

“A Escola Candanga secundariza o conhecimento”

Ronaldo de Oliveira

Correio Braziliense — O que há de errado com a Escola Candanga?

Marcos Pato — O governo muda a organização da escola, passando a agrupar os alunos por fases e não mais por séries. Na primeira fase, estudam alunos de seis, sete e oito anos. Na segunda, de nove, dez e 11 anos. E, na terceira, estudantes de 12, 13 e 14. Os dois grandes problemas são a aprovação automática de uma fase para outra e o fim das disciplinas específicas. O aluno passa a ter áreas de estudo. O objetivo é que o professor trabalhe com todas as disciplinas. A Escola Candanga cria o professor generalista, que não é especializado.

Correio — O aluno é promovido de uma fase para outra sem as informações necessárias?

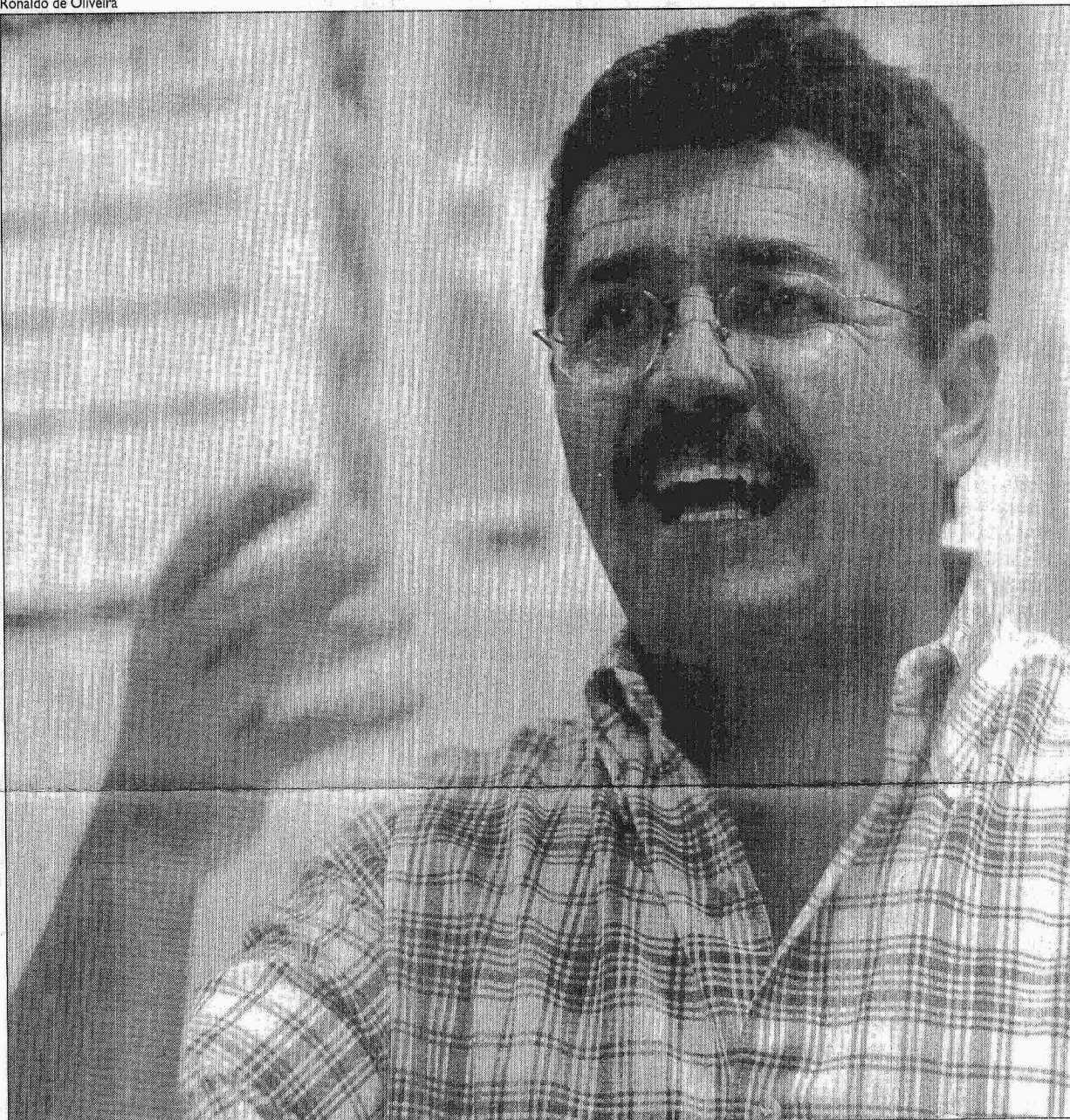
Marcos — Quando o aluno completa nove anos, passa automaticamente para a fase dois. Independentemente de seu conhecimento. A Escola Candanga secundariza demais o conhecimento. Vivemos hoje num mundo onde a informação é o principal instrumento de inserção no mercado. E será através do ensino qualificado que o aluno terá capacidade para isto. Se não se desenvolve, será excluído. Destruir a disciplina específica é desqualificar o aluno e a escola. É colocar em risco a qualidade de ensino. Pode criar uma situação de conhecimento genérico e extremamente superficial.

Correio — O problema da reprovação escolar fica mal resolvido?

Marcos — O governo argumenta que a escola seriada, calcada em disciplinas específicas, tem gerado índice muito grande de reprovação. Para solução, propõe a aprovação automática. Esta é uma alternativa burocrática e estatística, que procura escamotear alguns problemas referentes à qualidade do ensino. Temos hoje alunos semi-analfabetos na segunda fase, que é equivalente à quinta-série. Se o governo ataca a reprovação como forma de exclusão social, promovendo automaticamente o aluno criará outra forma de exclusão social, que é o analfabeto funcional. O aluno adquire o certificado de escolaridade sem saber escrever um bilhete.

Correio — E qual a responsabilidade do professor sobre a reprovação?

Marcos — O secretário de Educação diz que o responsável é o professor, mas não analisa as condições de trabalho. Deveria colocar o sistema no banco dos réus. E, como responsável pelo sistema, evidentemente quem deveria estar no banco dos réus seria



Marcos Pato discorda das acusações de Ibañez, mas admite que houve avanços na política de educação do GDF

o próprio secretário. Os professores têm péssima avaliação de sua gestão administrativa.

Correio — Os maiores índices de reprovação estão nas quintas séries?

Marcos — Os professores de quartas séries geralmente trabalham com duas turmas, com 80 a 90 alunos. Nas quintas, por causa das disciplinas específicas, eles têm até 400 alunos. É óbvio que a qualidade de ensino cai. A jornada de trabalho é muito pesada. Então, quem reprova? O professor ou as condições de trabalho? O secretário vem da universidade, onde os professores têm no máximo 120 alunos. O secretário não conhece o sistema de ensino da rede pública. Se conhecesse, seria mais respeitoso com os professores.

Correio — Os últimos quatro anos foram um fracasso...

Marcos — A questão pedagógica tem alguns avanços. Por exemplo, a rees-

truturação da jornada de trabalho do professor, com a ampliação do tempo disponível para planejamento de seu trabalho, de oito para 15 horas semanais, e redução do tempo em sala de aula de 32 horas para 25, são pontos positivos. Os alunos passaram a ficar mais uma hora na escola e a equipe tem mais tempo para planejamento. Isto é um progresso, permite trabalho mais coletivo, mais participativo. Mas o secretário tem que oferecer mais condições de trabalho; isto não é suficiente.

Correio — Mas, se o sistema regular tem problemas e a Escola Candanga também, qual seria a alternativa ideal?

Marcos — O ideal seria rever as fases da Escola Candanga, construindo-se fases de nove a dez anos, outra de 11 a 12 e outra de 13 a 14, onde a aprovação automática não seja regra de promoção. O governo tem que oferecer recursos para que o estudante tenha

atendimento especializado, com redução do número de alunos em sala e uma política de valorização do magistério. Com chances de aperfeiçoamento na carreira e salários adequados. A Escola Candanga não é totalmente negativa, desde que sofra reajustes.

Correio — Os professores se sentem desvalorizados...

Marcos — Na rede pública de ensino, 80% dos professores têm curso superior, 10% estão na universidade e apenas 10% fizeram só o magistério. E 85% da categoria trabalham em regime de dedicação exclusiva. O salário para um professor com curso universitário especializado, concursado e com dedicação exclusiva é de R\$ 1.138,00 iniciais. Um agente de polícia de nível médio recebe como salário inicial R\$ 1.500,00. E um médico do programa Saúde em Casa recebe R\$ 4.000,00, sem ser concursado.